

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS



# CONIMBRIGA



VOLUME XXXV - 1996

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Gonçalves GUIMARÃES, *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1993, 56 pp., ilustr. ISBN: 972-581-011-2.

Servindo, na prática, de catálogo para a exposição patente no Núcleo Museológico de Arqueologia que a Casa Municipal de Cultura de Vila Nova de Gaia em boa hora instalou no Solar Condes de Resende, este *Roteiro* abre com uma proposta política do vereador da Cultura (o que se pretende realizar “é esta comunhão entre o passado recriado e o presente atento e ávido de conhecimentos”).

E, após uma “panorâmica geral da história” de Vila Nova de Gaia (pp. 5-8), o Autor relata (pp. 9-15) o que tem sido a “museologia arqueológica” local. Segue-se (pp. 16-24) um bem documentado ensaio bibliográfico sobre a arqueologia gaiense, onde se faz, designadamente, o ponto da situação acerca de cada um dos sítios arqueológicos do concelho, desde os pré-históricos aos da Arqueologia Militar oitocentista.

Assinalam-se, depois, as estações e vestígios dignos de monta, dando-se, de cada um deles, pormenorizada ficha identificativa, acompanhada da respectiva localização na carta de 1/50 000 e de desenhos e fotografias quer da estratigrafia quer do sítio quer dos mais significativos objectos encontrados: estação paleolítica do Cerro, mamoa da Gestosa, machados de bronze do litoral, necrópole do Alto da Vela I, moedas gregas da Serra do Pilar, castelo de Gaia, Monte Murado, castro de Baiza, via romana de Pedroso, forno romano do Paranho, necrópole do Alto da Vela II (sobre que Maria José Folgado Lobato viria a apresentar, em 1996, na Faculdade de Letras do Porto, tese de mestrado com o título *A Necrópole Romana*

de Gulpilhares), necrópole do Sameiro, igreja de Gaia, mosteiro de Vila Cova, forno da fábrica do Sr. Padrão. E citam-se também (p. 49) as estações e vestígios ainda não estudados ou publicados. Tudo se cartografa no mapa da p. 50 (onde gostaríamos, porém, que se tivessem assinalado, pelo menos, os topónimos mais relevantes), a anteceder a transcrição do texto da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico com que o volume termina.

Para além das importantes *tesserae hospitales* de Monte Murado, datadas dos anos 7 e 9 da nossa era e que, como A. C. Ferreira da Silva sobejamente demonstrou (in *Gaya* 1 1983 9-26 = AE 1983 476 e 477), se revestem de particular interesse para a localização dos *Turduli Veteres* nessa região (cf. também Jorge de ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, pp. 44-45), é-nos especialmente grato recordar que nesse núcleo se encontra uma das epígrafes romanas mais inusitadas do território nacional. Aliás, a capa do volume reproduz, em macro-fotografia, uma porção dessa inscrição, cujo texto, sua leitura interpretada e tradução vem na p. 35, acompanhado por uma fotografia aceitável.

Trata-se de um texto sobejamente conhecido (AE 1953 268, ILER 6317), a que Rainer Wiegels também se referiu (*Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien — Ein Katalog*, Berlim, 1985, p. 84) e sobre que Patrick Le Roux (não citado por Wiegels) demoradamente se debruçou no livro *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409* (Paris, 1982): na p. 119, nota 1, apresenta leitura da epígrafe e procura explicar a presença, aqui, dum soldado natural de *Olisipo* (“(...) a pu mourir au cours d'un voyage de congé, mais son décès à Gaia, à la limite de la Lusitanie et de la Citérieure, s'expliquerait également par la présence dans la région d'un détachement de l'unité envoyé en mission”); na p. 179, a inscrição entra no catálogo sob o n.º 27, P. Le Roux descreve o monumento como “curieux cippe” e data-o da época cláudia, atendendo ao facto de o soldado se identificar com os cinco elementos e a X legião ter apenas o epíteto de *Gemina*, “não obstante a forma do monumento e certos arcaísmos do texto”; nas pp. 255 e 325 há meras referências que nada adiantam ao que atrás se transcreve.

Penso que a peça é deveras importante e se encontram ainda por solucionar alguns dos problemas que coloca.

Em primeiro lugar, a sua tipologia: “curieux cippe”? De granito, a epígrafe é, hoje, incontestavelmente, a representação de um falo, a que, inclusive, não falta a ranhura superior e uma reentrância ao nível da 1. 1 para dar a ideia da cabeça. Teria sido essa a forma original? É difícil garanti-lo e, na dúvida, seremos tentados a pensar que não. Nesse caso, que tipo de monumento foi, na origem? Recordamos que, na epigrafia do *conventus Pacensis*, temos o epítáfio de *Fortunata*, gravado num marco de tonalito ou diorito quartzoso, proveniente duma herdade dos arredores de Montemor-o-Novo (IRCP 421), datável também, pela simplicidade do texto, do século I da nossa era. Curiosamente, uma outra coluna epigrafada se assinala em Murtede (Cantanhede), actualmente exposta no Instituto de Arqueologia de Coimbra: é, todavia, de função votiva e está ornamentada de grinaldas em baixo-relevo, como que para sustentar hipotética estátua; reza a epígrafe que se

trata da oferta de Gaio Fábio Viátor à divindade indígena Tabú dico (HAE 1928, DIP pp. 274-276, ILER 930).

A forma de marco induz-nos a pensar em miliário. A circunstância de Gaio Fábio usar um *cognomen* que pode ter havido origem no efectivo exercício de funções viárias será susceptível de apontar nessa direcção. Em Gaia temos um militar — e é sabido que aos militares eram frequentemente distribuídas tarefas de construção de vias. Poderá ser o monumento de Gaia o aproveitamento funerário dum marco, à partida pensado para miliário? Não nos parece hipótese despidianda, se inclusive propusermos que a “missão” de que fala Le Roux tenha sido a construção dum troço da via *Bracara — Olisipo*, de resto, Murtede fica também perto do que se sugere para traçado dessa via.

O carácter «fálico» resulta, estou certo, dum «afeiçoamento» posterior, feito quiçá no momento em que a peça foi regravada. E este é outro dos aspectos que gostaria de focar, porque, se não erro, a tal circunstância ainda se não terá dado o devido valor. Daí, inclusive, o lapso FELICITIS. E, em vez de L. LAVIVS, não teríamos aí um FLAVIVS, uma vez que o *nomen Lavius* é raro (nenhuma referência no AE desde 1961 a 1980) e parece não ocorrer outra vez na epigrafia da Península (em ILER 325 houve lapso de leitura)?

Vejamos, então, a leitura proposta por P. Le Roux:

L(ucius) • LAVIVS • L(ucii) • F(ilius) / AEMILIA • TRI(Z<sup>bu</sup>W) / TVSCVS  
 FELICIT(at)IS FELICITAS • IVL(iae) /5 MILES • LEG(ionis) X {decimae} / GEM(inae) • VICS(it) [...]  
~~vics(/o [...]).~~

Verifica-se, assim, que é ligeiramente diversa a leitura dada pelo *Roteiro*, cujo autor se limitou a copiar o que Armando de Mattos, o primeiro editor da peça, escrevera: na l. 1, leu LAVINIUS; na l. 4, FELICITAS; na l. 6, propôs VICTRIX (?). Pessoalmente, preferiria transcrever FELICIT<AT>IS [sic] e, na última linha existente, ~~VICS<IT>~~ VICS<IT>.

Na verdade, não só é estranho que um cidadão de Olisipo tenha sido inscrito na tribo Emília, quando se sabe que a tribo desse município foi a Galéria; como também foge às regras habituais a menção da *origo* através de um genitivo: seria de esperar FELICITATE. E se, no primeiro caso, ainda poderíamos supor «que se trata do descendente directo de um colono itálico (se considerarmos certa a leitura LAVIVS) e que, portanto, tal circunstância prevaleceu no momento de escolha da tribo, no segundo só a hipótese de regravação se nos afigura convincente.

Por conseguinte, não só pelas preciosas informações que veicula como também pela importância ímpar dalgumas das peças que refere, é de dar a este *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia* assinalado destaque.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO